

Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial

Marcos Aurelio Saquet

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Francisco Beltrão, Paraná,
Brasil.

e-mail: saquetmarcos@hotmail.com

Resumo

Neste texto, que resulta das nossas inquietações, pesquisas e colaborações dentro e fora da universidade, ilustramos importantes aspectos da nossa práxis territorial popular e descolonial, por meio de alguns dos resultados do nosso trabalho de pesquisa e cooperação realizado com camponeses de diferentes municípios do Sudoeste do Paraná (sujeitos individuais e/ou associados) e com cidadãos da periferia da cidade de Francisco Beltrão, trabalhando em equipes interdisciplinares e interinstitucionais e, especialmente, com os sujeitos “estudados” em cada projeto. Nós optamos por uma abordagem territorial e popular de pesquisa e de trabalho solidário, centrado na participação social, no diálogo e na integração de conhecimentos acadêmicos e populares, práxis que efetivamos em três projetos nos quais experimentamos alguns processos de desenvolvimento territorial, no campo e na cidade, numa perspectiva contra-hegemônica e descolonial.

Palavras-chave: Práxis; território; ciência popular; descolonial.

A (im)material Geography focused on popular and decolonial territorial praxis

Abstract

In this text, which results from our concerns, research and collaborations inside and outside the university, we illustrate important aspects of our popular and decolonial territorial praxis, through some of the results of our research and cooperation work carried out with peasants from different municipalities in the Southwest of Paraná (individual subjects and/or associates) and with citizens from the periphery of the city of Francisco Beltrão, working in interdisciplinary and interinstitutional teams and, especially, with the subjects “studied” in each project. We opted for a territorial and popular approach to research and solidarity work, centered on social participation, dialogue and the integration of academic and popular knowledge, praxis that we carry out in three projects in which we experience some processes of territorial development, in the field and in city, in a counter-hegemonic and decolonial perspective.

Keywords: Praxis; territory; popular science; decolonial.

Una geografía (in)material centrada en la praxis territorial popular y decolonial

Resumen

En lo presente texto, que resulta de nuestros cuestionamientos, investigaciones y colaboraciones dentro y fuera de la universidad, ilustramos importantes aspectos de nuestra praxis territorial popular y decolonial, por medio de algunos de los resultados de nuestro trabajo de investigación e cooperación realizado con campesinos de diversos municipios del Sudoeste do Paraná (sujetos individuales y/o asociados) y con ciudadanos de la periferia de la ciudad de Francisco Beltrão, trabajando en equipos interdisciplinares e interinstitucionales, y en especial con los sujetos “estudiados” en cada proyecto. Nosotros optamos por un

abordaje territorial y popular de investigación y de trabajo solidario, centrado en la participación social, en el diálogo y en la integración de los conocimientos académicos y populares, praxis que efectuamos en los tres proyectos en que experimentamos algunos procesos de desarrollo territorial, en el campo y en la ciudad, a partir de una perspectiva contrahegemónica y decolonial.

Palabras clave: Praxis; territorio; ciencia popular; decolonial.

Introdução

Inicialmente, faz-se fundamental destacar que este texto é resultado das nossas reflexões realizadas ao longo da nossa trajetória de pesquisador e militante junto aos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, da nossa participação na mesa “Teorias dos espaços, territórios e movimentos”, como atividade do “I Encontro Latino-americano de Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais” (I ELAMS) realizado na UNESP, São Paulo, em janeiro de 2019. Por isso, também agradecemos imensamente a oportunidade que tivemos para falar, debater e conviver com os sujeitos dos diversos movimentos sociais representados naquela oportunidade.

Isso significa, sucintamente, que acreditamos na necessária e urgente resolução dos problemas do povo e que essa pode ocorrer de diferentes maneiras, a partir de concepções epistemológicas e/ou ontológicas e políticas feitas **de fora e sobre os movimentos sociais**, bem como **para os movimentos** (por exemplo, subsidiando suas atuações no campo e na cidade com nossas pesquisas), no entanto, acreditamos muito mais, diante da gravíssima situação de vida da nossa gente, que precisamos trabalhar **com os sujeitos e movimentos sociais de resistência, luta, enfrentamento, descolonialidade e contra-hegemonia** política, cultural, econômica e ambiental, consoante já evidenciamos em Saquet (2015 [2011], 2013, 2014a, 2014b, 2017, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2019c, 2019d).

Os movimentos sociais são, ao mesmo tempo, processos geográficos, portanto, são espacializados e territorializados, efetivando-se como *socioespaciais* e *socioterritoriais*. Os primeiros, têm o trunfo no espaço ou em alguma dimensão social da vida; os segundos, têm seu trunfo de reprodução social no território, como a luta pela terra de trabalho que, histórica e geograficamente, ocorre no âmbito do MST. Luta e resistência são elementos e processos fundamentais da formação do território, neste caso, camponês, espaço de militância tornado território de existência. O espaço é transformado em território (o trunfo), por isso, caracteriza-se como um *movimento socioterritorial*, no qual há distintos territórios articulados em redes de luta e resistência política (FERNANDES, 2000, 2005).

Assim, uma interpretação geográfica de um processo social como esse enriquece a abordagem realizada, pois somos condicionados a considerar as dimensões sociais e espaciais (e também temporais) do objeto de estudos. Além disso, ainda temos a

possibilidade de trabalhar para e/ou com os sujeitos “estudados”, como indicamos anteriormente, numa perspectiva do/a pesquisador/a militante colaborador.

Uma discussão abstrata das vidas de pessoas que não conheço e com cuja situação não estou familiarizado não é apenas uma perda de tempo, é também desumano e impertinente (FEYERABEND, 2010 [1987], p. 363; grifo do original).

Desse modo, **nós escrevemos este texto de dentro** de um movimento social, temporal, espacial e territorial – o agroecológico, temporariamente denominado **movimento transtemporal-transterritorial** – (concepção muito próxima da construída historicamente por FERNANDES, 2000, 2005), em virtude da nossa opção teórico-metodológica e política de trabalhar **com** os sujeitos “estudados”, convivendo e colaborando sistematicamente **com** eles. E é para nossa gente, do campo e da cidade, que dirigimos este texto, bem como para aqueles/as que têm a sensibilidade e o compromisso – na **práxis** – da revolução político-cultural a favor do povo mais simples e humilde. Assim, nosso objetivo, nesta oportunidade, é socializar algumas das nossas aprendizagens em projetos de pesquisa-ação/cooperação participativa, de dentro de um movimento agroecológico. “Lavar as mãos’ em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele” (FREIRE, 2011 [1996], p. 109).

Na **práxis territorial**, a participação social precisa ser construída de maneira dialógica e continuada (FREIRE, 2011 [1974], 2011 [1996]; SAQUET, 2015 [2011]), reconhecendo e valorizando as diferenças, as identidades, as classes sociais, as necessidades das pessoas, os anseios, os sonhos, os objetivos de cada sujeito e de cada família, bem como seus conhecimentos e técnicas. Participamos discutindo e cooperando; cooperamos debatendo e participando da transformação dos sujeitos (pesquisadores e pesquisados) e dos territórios-lugares.

Estamos trabalhando, desde 1996, de forma des-contínua, com a pesquisa participante e a ação participativa num movimento de (in)formação, mobilização, resistência, luta e enfrentamento, cooperando **com** sujeitos simples e humildes, do campo e da cidade. Um dos objetivos foi, mais especificamente desde 2012, refletir com outros sujeitos sobre a descolonização e a contra-hegemonia a serem produzidas a **partir e com o povo** latino-americano, em epistemologias e ontologias outras, nos projetos dos quais participamos, feitos com camponesas/es – de diferentes municípios do Sudoeste do Paraná - e cidadãos da periferia urbana de Francisco Beltrão (PR), ou seja, com pessoas que vivem geografias efetiva e afetivamente outras.

Sem **nosso envolvimento direto** com os sujeitos e os territórios, nossa produção intelectual perde significativamente o sentido político, científico e social. Utopia e mudança “caminham” juntas: o sonho condiciona a mudança e é influenciado pela esperança (FREIRE,

2016 [1992]). Trata-se, de maneira geral, de um movimento de luta por liberdade, autonomia decisória e justiça, como adequadamente propugnaram há mais de um século, por exemplo, Reclus (2015 [1905]) e Kropotkin (1953 [1892], 1982 [1885]).

Desse modo, acreditamos que o enfrentamento é fundamental e precisa acontecer, na teoria e na prática, ou seja, na **práxis territorial popular**, dentro e fora das universidades e demais escolas, movimento contrário à apropriação e ao avanço capitalista que ocorre, inclusive, nas nossas escolas. “O enfrentamento somente é possível se se está no lugar onde as coisas acontecem e onde a exigência se considera legítima pela identidade do lugar” (NATES-CRUZ, VELÁSQUEZ LÓPEZ, GARCÍA ALONSO, 2017, p. 81).

Daí também há centralidade da *consciência de classe e de lugar*, consoante já argumentamos em Saquet (2017, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2019d), a partir do nosso trabalho no ensino, na pesquisa e na extensão/cooperação e, evidentemente, de argumentos de outros pesquisadores, como Becattini (2009), Magnaghi (2015), Becattini e Magnaghi (2015), numa práxis de envolvimento e compromisso social, de cooperação e solidariedade, lutando contra o Estado burguês e os agentes do capital, contra a degradação e contaminação ambiental, justamente a favor da construção de uma sociedade mais justa e ecológica. A resistência tem, então, o conteúdo, na práxis territorial, do enfrentamento popular, descolonial e contra-hegemônico, fortalecendo-se relações de solidariedade, cooperação e confiança, juntamente com processos de conservação e preservação ambiental.

Descolonizar significa, sucintamente, um processo voltado para criar um *homem novo* por meio da luta de libertação (FANON, 2005 [1961]). Liberdade para plantar e comer, para transformar e se apropriar do resultado do próprio trabalho, para cantar e dançar, passear e ensinar, para aprender e habitar, para sentir-se seguro e ter saúde, para pensar e produzir saberes de acordo com cada território e suas gentes.

Estamos, então, num movimento denominado de *des-colonialidade*, como uma resposta ética, social, política e epistêmica, por exemplo, dos movimentos indígenas e afrodescendentes, a partir de um *pensamento outro e de uma práxis também outra* (WALSH, 2014 [2008]). A *descolonialidade* corresponde a uma luta contra a colonialidade e seus *efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos*, tais como a *naturalização do extermínio*, a dominação, a subordinação, a expropriação das terras, a morte, a tortura, o estupro, a colonização do pensamento etc. (MALDONADO-TORRES, 2018). Trabalhamos, então, para contribuir na descolonização das nossas mentes e práticas cotidianas, conforme descreveremos a seguir.

O desenvolvimento territorial popular ou raiz: práticas e aprendizagens

Diferentemente de outros geógrafos que separam os conhecimentos e pensamentos práticos dos teóricos/refletidos – veja-se, por exemplo, Haesbaert (2019) -, nós estamos

entendendo que teoria e prática estão integradas na vida cotidiana, dentro e fora da academia (teoria e reflexão, portanto, não se restringem, por exemplo, às universidades), dentro e fora dos movimentos sociais de luta e contestação da dominação social. Poderíamos recorrer, para nossa reflexão, às várias argumentações de Georg Lukács e Antonio Gramsci, bem como às digressões de Paul Feyerabend e mesmo à algumas das nossas próprias discussões (SAQUET, 2019b), no entanto, não será possível aprofundar essa questão nesta oportunidade (veja-se, para maiores detalhes, SAQUET e BOZZANO, 2020).

Agora evidenciamos “apenas” que a ciência é *um dos instrumentos – uma tradição* intelectual - que temos para entender e lidar com a realidade, portanto, não é o único e não é infalível. A razão influencia a prática e, nossa prática, influencia a razão. “[...] A razão sem a orientação de uma prática vai induzir-nos ao erro, ao passo que uma prática é grandemente aperfeiçoada pelo acréscimo da razão” (FEYERABEND, 2011 [1975], p. 284). Nas práticas agroecológicas e artesanais, produzindo-se comida, há movimento político, ciência (discussão e razão) e, claro, práticas, também feitas de ciência e movimento de luta e resistência político-cultural (SAQUET, 2017).

O pensar que não se compromete com a realidade histórica, sendo esta a única realidade que nos foi dada para viver, é um pensar sofisticado, inautêntico e solidário com o *status quo*, com a dominação e com o assassinato do pobre (DUSSEL, 2017 [1973], p. 12; grifo do original).

Acreditamos, então, na *filosofia da práxis* (GRAMSCI, 1975 [1932-1935]) – realizando-se como filosofia popular - que pressupõe um processo construído numa dialética e dialógica entre a *cultura popular* (da *grande massa*) e a “*alta cultura*”: “É uma filosofia que é também uma política e uma política que também é uma filosofia” (GRAMSCI, 1975 [1932-1935], p. 1860).

Os conhecimentos e pensamentos populares e científicos, teóricos e não-teóricos se integram e desintegram constantemente, num movimento des-contínuo muito mais amplo que a ciência moderna, racional e especializada. Os sujeitos também pensam e refletem para produzir uma escultura, para plantar e comer, viajar ou não, trabalhar ou descansar e, em determinadas condições, sistematizam, de maneira escrita ou não, seus pensamentos. Então, não nos parece adequado compreender os conhecimentos dos grupos sociais subalternos como senso comum (SAQUET, 2019b; SAQUET e BOZZANO, 2020).

Nós acreditamos que, no **senso comum**, também há bom-senso construído histórica e geograficamente e, assim, não podemos negligenciar os *saberes de experiência feitos* dos sujeitos (FREIRE, 2016 [1992]). As vozes e os conhecimentos populares, juntos, contribuem para gerar muitas das respostas de que precisamos cotidianamente, favorecendo o entendimento do *povo com sua própria ciência*, para defesa das suas necessidades e identidades (FALS BORDA, 1981; SAQUET, 2018a, 2019a, 2019b).

Desse modo, entendemos que a **práxis** é *o modo de ser no mundo*, de entendê-lo e vivê-lo, e isso não é restrito aos intelectuais acadêmicos; uma *atitude prática* não é, necessariamente, *desprovida de teoria*, tem um significado *existencial*: *prática e ser no mundo* são indivisíveis e passam por uma *compreensão dinâmica, transcendental e concreta*, ou seja, por uma *dialética* cotidiana, por meio da qual o *homem se abre para o mundo* (DUSSEL, 2017 [1973]).

Para ilustrar a nossa **práxis territorial popular e descolonial**, a seguir, relataremos alguns dos resultados do nosso trabalho de pesquisa e cooperação realizado com camponeses de diferentes municípios do Sudoeste do Paraná (sujeitos individuais e/ou associados) e com cidadãos da periferia da cidade de Francisco Beltrão, trabalhando com sindicalistas e outros colaboradores, entre os quais professores, estudantes universitários, agrônomos, advogados, economistas, sociólogos, técnicos agrícolas, nutricionistas, operários, camponeses etc.

Os projetos que servem de base empírico-reflexiva são os seguintes: i) *Projeto Vida na Roça – PVR* (1996-1998), de pesquisa e cooperação que realizamos na comunidade de Jacutinga (Francisco Beltrão, PR), o qual esteve assentado na produção e valorização da produção de alimentos camponeses ecológicos. ii) *Projeto Vida no Bairro – PVB* (2002-2006), no qual trabalhamos com distintas instituições, sobretudo com os moradores do bairro São Francisco (Francisco Beltrão) e de alguns sindicatos urbanos dessa cidade. iii) *Agricultura familiar agroecológica nos municípios de Verê, Itapejara d'Oeste e Salto do Lontra (Sudoeste do Paraná), como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial* (2009-2012; AGROEC-USF), financiado pelo Programa Universidade Sem Fronteiras (USF/SETI/PR) e pela Fundação Araucária (Edital 24/2012: Programa Universal/Pesquisa Básica e Aplicada) – Governo do Estado do Paraná -, no qual voltamos a trabalhar com camponeses agroecológicos e distintos colaboradores institucionais, principalmente com ONGs, associações e sindicatos de trabalhadores rurais.

No PVR, no PVB e no AGROEC-USF, pesquisamos e colaboramos com distintos sujeitos a partir dos mesmos princípios, ou seja, participação, interdisciplinaridade, agroecologia, diversificação das atividades culturais e de trabalho, formação política continuada e solidariedade, bem como, por meio das mesmas práticas, nas pesquisas e nas ações, conseguindo resultados muito relevantes social e cientificamente, a partir do que aprendemos em cada projeto, principalmente com os camponeses, com os cidadãos e com as equipes da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA-Verê; atualmente denominado Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia).

Nós atuamos no **desenvolvimento territorial raiz** – na época do PVR, denominado *comunitário* –, numa perspectiva pluridimensional: produção agropecuária (manejo florestal,

pastagens, recursos hídricos e eliminação dos agrotóxicos); saúde e saneamento ambiental (família, habitação e infraestrutura); lazer e cultura (recreação, cursos e oficinas); educação escolar; divulgação dos projetos com o envolvimento dos moradores de Jacutinga e do bairro São Francisco – Francisco Beltrão. De maneira especial, no PVR e no PVB, as ações – participativas na pesquisa e na cooperação – visaram ao desenvolvimento respeitando a natureza, a cultura e as necessidades mais imediatas e urgentes das populações locais, valorizando as singularidades territoriais e seus respectivos sujeitos e saberes (SAQUET e DUARTE, 1996; SAQUET e FLÁVIO, 2015).

Consoante demonstramos em Saquet (2019a, 2019b, 2019d), em cada projeto e entre um projeto e outro (entre 1996 e 2012), os princípios foram transformados em diretrizes e práticas, e, as práticas, em princípios e diretrizes para o trabalho participativo, especialmente por meio do envolvimento dos distintos sujeitos, na pesquisa e na ação: as discussões feitas com os sujeitos de cada projeto, com as lideranças (das instituições colaboradoras, de Jacutinga e das ruas do bairro São Francisco), com grupos de moradores urbanos e rurais, bem como em cada equipe interinstitucional, foram fundamentais para sedimentar a participação e o diálogo.

No decorrer de cada projeto de pesquisa-cooperação, nós debatemos e definimos em conjunto o jeito de trabalhar, devolvendo/apresentando/discutindo os dados coletados, visando à valorização dos sujeitos do campo e da cidade, à ativação das territorialidades, à integração universidade-sociedade local, trabalhando para contribuir na construção de uma sociedade mais justa. Também escrevemos as análises, caracterizando a situação atual dos estabelecimentos rurais, dos lotes urbanos e das famílias, estabelecendo as metas, as ações, o orçamento necessário e as pessoas responsáveis por cada atividade prevista e aprovada nas assembleias deliberativas. As conversas e debates sempre estiveram presentes, durante as pesquisas e as ações de enfrentamento e reivindicação, discutindo e definindo as ações prioritárias para os primeiros meses e anos de cada projeto. Assim, (i)materializamos as atividades em conjunto, avaliando-as, identificando dificuldades, avanços conseguidos e prioridades para o futuro (SAQUET e DUARTE, 1996; SAQUET e FLÁVIO, 2015; SAQUET, GAIOVICZ, MEIRA e SOUZA, 2012; SAQUET, 2019b, 2019d).

Historicamente, o PVB foi um dos resultados do PVR, como uma aprendizagem de trabalho solidário, participativo, dialógico e cooperado, no âmbito de um movimento social de práxis popular e territorial – agroecológico e ambiental-, pois utilizamos as mesmas orientações para compreender cada território e atuar na transformação social desejada, num movimento continuado de resistência e enfrentamento político-cultural contra os agentes hegemônicos. As concepções de participação, interdisciplinaridade, solidariedade, (in)formação continuada e diversificação das atividades de trabalho e culturais, supracitadas, bem como a interinstitucionalidade de cada projeto (Quadro 1), demonstraram-se

estritamente vinculadas e de vital importância na realização das pesquisas e das ações previstas em cada um dos três projetos realizados.

Sempre que necessário, os objetivos e as ações foram ajustados, tentamos alternar atividades de pesquisa, discussão, mobilização, formação, reivindicação e atuação a partir de cada plano de ações construído em cada projeto de pesquisa-cooperação. Dessa forma, conseguimos acumular experiências e aprendizados, podendo avaliar cada fase de cada projeto, bem como os encaminhamentos efetivados no PVB, tentando qualificá-los em relação à experiência anterior do PVR.

Quadro 1: Características fundamentais das equipes dos três projetos de pesquisa-cooperação.

PVR	Equipes interdisciplinares, interinstitucionais [ONGs, Estado, sindicatos e associações, camponeses e cidadãos] e (in)formativas, constituindo um movimento de fortalecimento das colaborações técnicas, científicas e formativas, como uma estratégia de luta contra o agronegócio e o Estado burguês, trabalhando para criar territórios de debates e decisões, de mobilização, resistência popular e contra-hegemonia.
PVB	
AGROEC-USF	

Fonte: Elaboração própria, 2020.

A “combinação” de pessoas de diferentes áreas do conhecimento com os sujeitos com os quais trabalhamos em cada projeto, foi fundamental, enriquecendo os debates e as (in)formações, ampliando as reivindicações, fortalecendo as relações interinstitucionais e o movimento agroecológico, feito de práticas e ciência, técnicas e tecnologias, luta e enfrentamento, solidariedade e cooperação, movimento amplo e explicitamente ancorado cultural e territorialmente, especialmente, a partir do modo de vida camponês.

Como todo processo desta natureza, há contradições e dificuldades, entre as quais se destacam as fragilidades das ações públicas (federais, estaduais e municipais), pois não conseguimos avançar qualitativamente com a mesma intensidade em todos os projetos realizados. No PVR, avançamos mais na concretização das relações de reciprocidade, na auto-organização política, na participação social, na pluralidade do desenvolvimento, especialmente por meio de práticas sustentáveis ambientalmente, a partir de uma significativa consciência de classe já existente entre os camponeses da comunidade de Jacutinga – Francisco Beltrão.

No PVB, destacamo-nos na ativação das territorialidades locais e da participação social, da reciprocidade e da diversificação das iniciativas para colaborar na melhoria da qualidade de vida dos moradores do bairro São Francisco, também, a partir de uma importante consciência de classe existente e qualificada em meio às atividades do projeto com a realização de cursos específicos, das reuniões e das oficinas. Desse modo, histórica e geograficamente, em cada projeto, conseguimos construir e potencializar sinergias:

ensinando e aprendendo, também nos qualificamos como sujeitos sociais e como colaboradores, por meio da ajuda mútua e do diálogo.

No projeto *Agricultura familiar agroecológica nos municípios de Verê, Itapejara d'Oeste e Salto do Lontra* [...], que também esteve centrado na pesquisa e na cooperação, trabalhamos intensamente, embora com mais dificuldades – absolutamente normais -, para criar espaços de diálogos e participação social, valorizando a cultura popular e os governos municipais de cada território, contribuindo para fortalecer a participação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em processos de desenvolvimento territorial popular no âmbito dos três municípios selecionado (Itapejara d'Oeste, Verê e Salto do Lontra – Sudoeste do Paraná).

Dessa forma, criamos espaços de diálogos nesses municípios, sobretudo com os agricultores organizados na forma de associações, sindicatos e ONGs. A partir dos objetivos de compreender as características da produção familiar de alimentos e de cooperar na qualificação dessa produção agroecológica, balizados nas dimensões sociais da agricultura, da cultura e da gestão política familiar, realizamos diversas atividades de pesquisa e cooperação, entre as quais se destacam as reuniões da equipe de trabalho e com os representantes das diferentes instituições vinculadas à agricultura camponesa de cada município, a socialização e discussão do projeto - fatos que serviram de base para a pesquisa realizada sobre as práticas agroecológicas municipais -, a redação das análises feitas e a concretização das ações definidas e planejadas **com** os camponeses ecológicos de cada município (as atividades realizadas e os principais resultados conseguidos podem ver verificamos em Saquet [2019a, 2019b] e Saquet, Gaiovicz, Meira e Souza [2012], entre outros).

Esse processo de pesquisa-cooperação revelou que a cooperação universidade-sociedade local é fundamental, feita por meio das pesquisas, das (in)formações e das ações debatidas e concretizadas solidariamente, integrando conhecimentos e técnicas, sujeitos urbanos e rurais, ciência e saber popular, contribuindo para superar a histórica separação entre ciência e senso comum, intelectualidade e massa popular. A constituição de **espaços de aprendizagem** em cada projeto, foi bastante rica para nossa formação político-cultural e para animar os camponeses e os cidadãos por meio das oficinas, dos cursos, dos intercâmbios técnicos, das reuniões, das mobilizações políticas, das propagandas das suas produções etc.

Também aprendemos muito sobre as carências rurais e urbanas de cada município, aspecto que reforça nossa argumentação de que ainda temos muito a fazer **para e com o povo**, ampliando significativa e qualitativamente os investimentos, as ações públicas e auto-organizativas, numa sinergia que, embora seja contraditória, é extremamente necessária para construir, cooperada e solidariamente, o **desenvolvimento como experimentação refletida**,

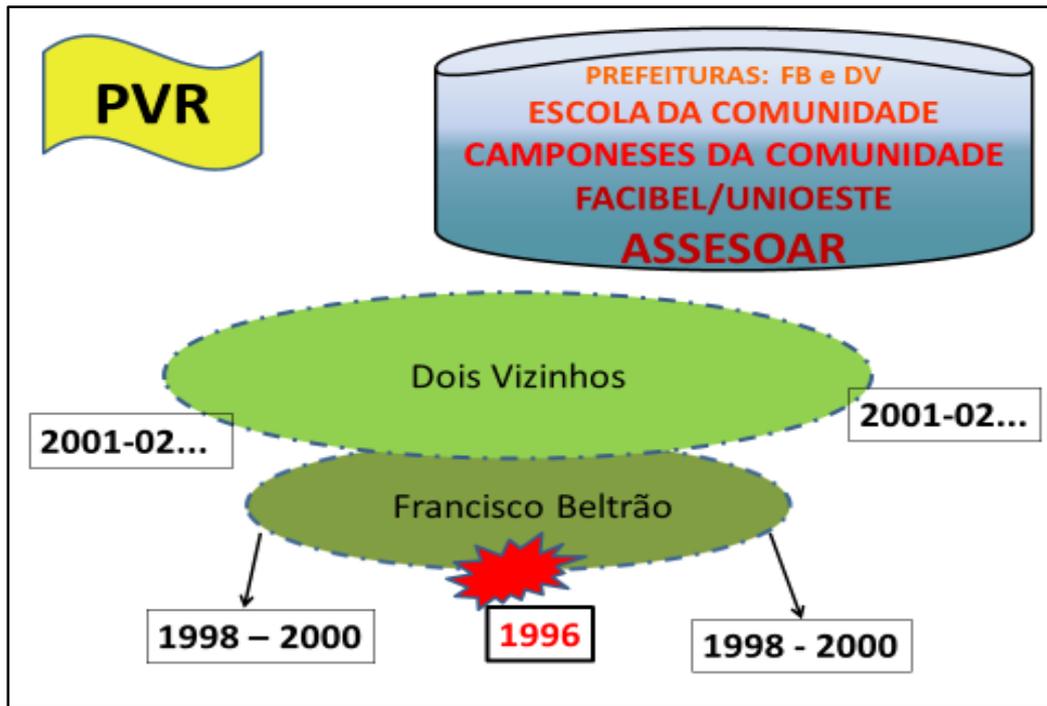
como práxis de vida popular e territorial, descolonial e contra-hegemônica, numa sociedade mais justa e ecológica.

Nesse sentido, nossa práxis também revela que não há uma escala temporal e espacial que seja modelo para outras experiências, ou seja, os projetos de pesquisa e cooperação são elásticos, flexíveis, a ponto de terem sido, cada um a seu tempo e no seu lugar, avaliados e revisados, em consonância com a revisão e atualização dos objetivos, das metas etc., enfim, em virtude dos avanços, das dificuldades e dos limites de cada ação realizada e, notoriamente, em decorrência do complexo relacional das ações efetivadas em cada relação espaço-tempo-território.

Assim, no PVR, a ONG ASSESOAR teve centralidade na pesquisa, na (in)formação e nas ações realizadas, seguida pela atuação da UNIOESTE (na época ainda denominada Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão – FACIBEL), amparando e trabalhando com os camponeses que, por sua vez, também tiveram centralidade em todas as atividades realizadas nesse projeto, com importantes mediações feitas pelos professores da escola da localidade de Jacutinga e pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. O projeto nasceu concentrado nessa localidade, porém, lentamente expandimos as ações de pesquisa e colaboração, no âmbito municipal e transterritorial (Figura 1), tentando motivar e orientar a criação de distintas redes de cooperação e solidariedade entre os membros da equipe de trabalho e, principalmente, entre os camponeses.

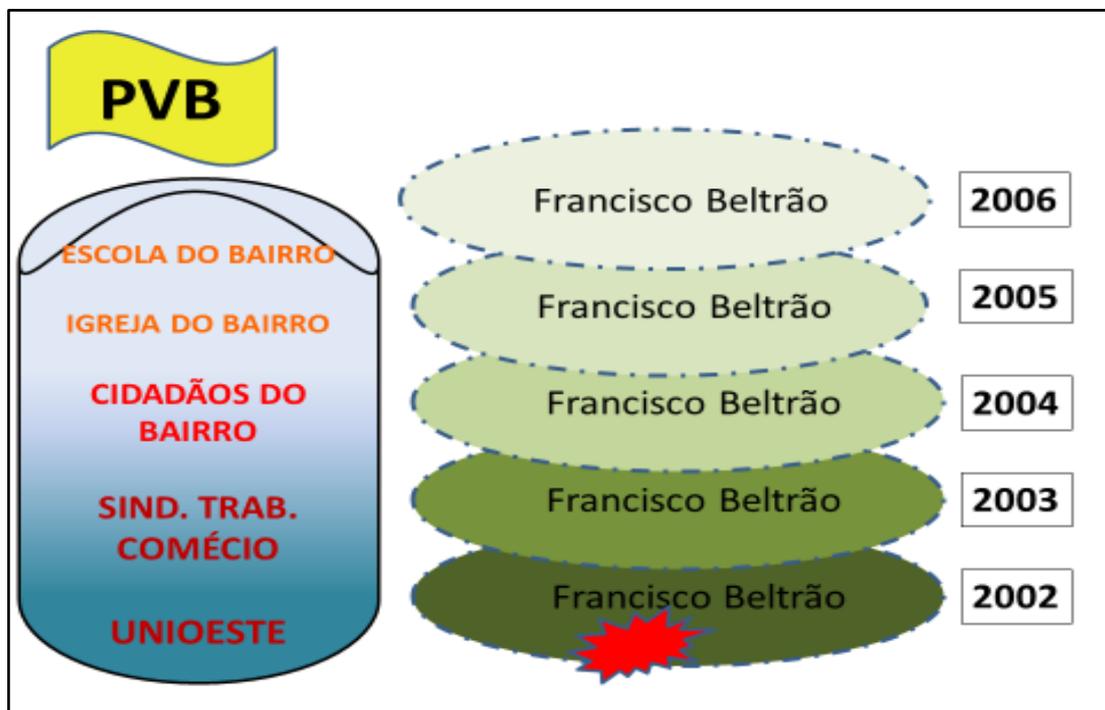
No PVB, a escala de pesquisa e cooperação manteve-se ancorada no bairro São Francisco, no nível das famílias e das ruas do bairro de pesquisa-ação, com centralidade para a atuação da UNIOESTE – justamente a partir do que aprendemos no PVR -, do Sindicato dos Empregados no Comércio de Francisco Beltrão e para os cidadãos do bairro (por meio da sua associação de moradores), porém, com várias outras mediações muito importantes, como as do Sindicato dos Engenheiros, dos representantes das igrejas locais, do clube de mães e do grupo da “terceira idade.

Figura 1: As escalas temporais e espaciais do PVR.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

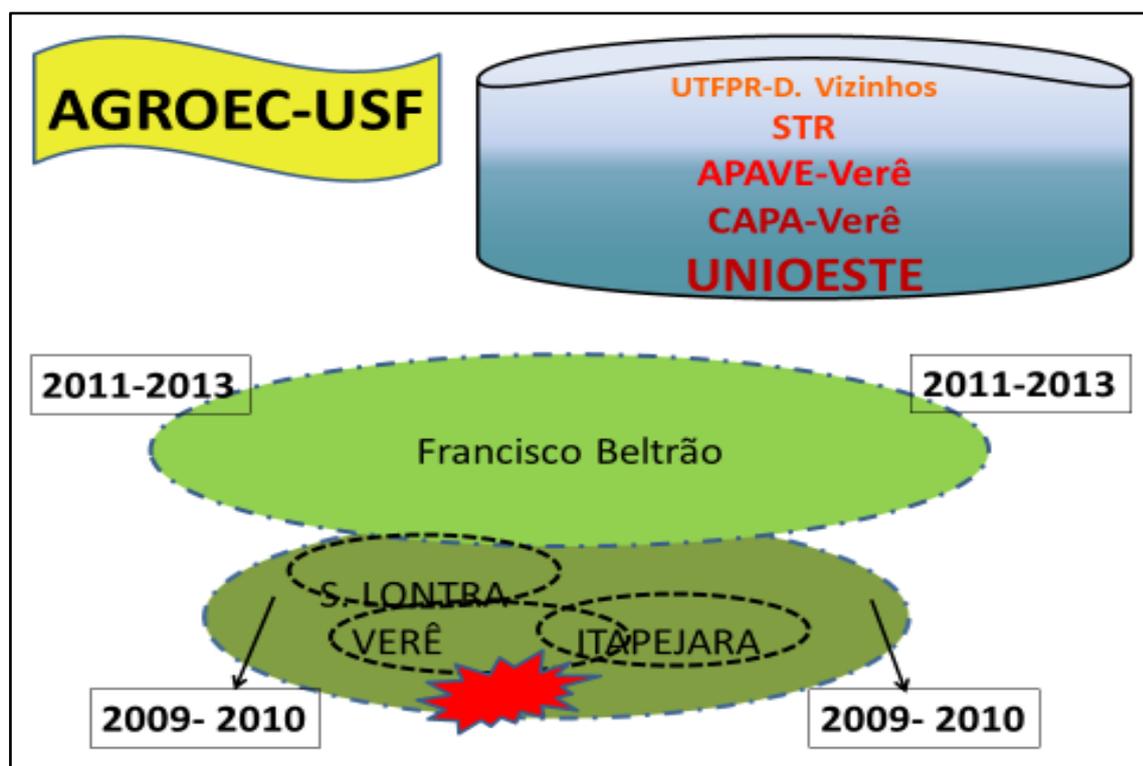
Figura 2: As escalas temporais e espaciais do PVB.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

E o projeto mais recente, também centrado na agricultura camponesa ecológica, ocorreu numa escala espacial mais ampla, pois trabalhamos, inicialmente, no nível de três municípios, ampliando historicamente as atividades para um quarto município, firmando cooperações muito importantes da UNIOESTE com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR - Dois Vizinhos), com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR de cada município), com a Associação de Produtores Agroecológicos de Verê (APAVE-Verê) e com o CAPA-Verê (Figura 3).

Figura 3: As escalas temporais e espaciais do AGROEC-USF.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Desse modo, em cada um dos três projetos, os conteúdos urbanos e rurais também foram distintos, de acordo com as singularidades dos grupos e da classe social com os quais trabalhamos, bem como dos objetivos e das metas com eles definidos transtemporalmente. No PVR, houve destaque para as ruralidades, em virtude das ações realizadas na comunidade de Jacutinga, sem se desligar, evidentemente, do urbano, onde está o mercado consumidor dos produtos agroecológicos camponeses. Já o PVB teve um conteúdo eminentemente urbano, sem extrapolar as atividades além da cidade de Francisco Beltrão e, no AGROEC-USF, visamos e trabalhamos muito para ativar relações campo-cidade (Quadro 2), contribuindo para reforçar relações existentes e para tentar criar outras redes de

cooperação e solidariedade, especialmente entre os camponeses e consumidores, para produzir, certificar e comercializar.

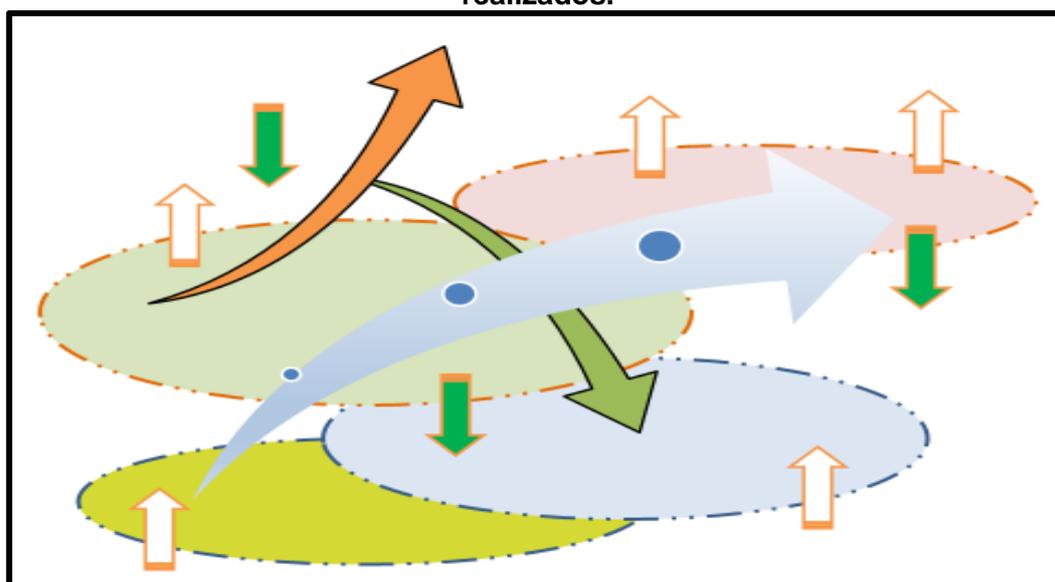
Quadro 2: Uma representação do conteúdo urbano e rural dos nossos projetos de pesquisa-cooperação.

PVR	RURAL - URBANO
PVB	URBANO
AGROEC-USF	RURAL-URBANO

Fonte: Elaboração própria, 2019. Obs.: os diferentes tamanhos das letras e os grifos demonstram a dimensão territorial evidenciada.

Assim, acreditamos que contribuímos diretamente para estabelecer outros vínculos entre o campo e a cidade, balizados sobretudo nas relações de confiança e na identificação cultural, formando redes que se objetivam na mobilização e auto-organização dos sujeitos para vender seus produtos por meio das redes curtas, como um processo inerente à *consciência de classe e de lugar*. Trata-se de um movimento de articulação, ancoragem territorial e resistência que assume um conteúdo político-econômico que se contrapõe à produção agroquímica e industrial de alimentos, bem como às grandes redes de comercialização, com o significado claramente contra-hegemônico, conforme detalhamos em Saquet (2019b). Tanto no PVR, como no PVB e no AGROEC-USF, efetivamos relações concomitantes e transterritoriais, na pesquisa e na ação, entre os membros de cada equipe de trabalho, entre os sujeitos “estudados” e com os quais colaboramos, do campo e da cidade (Figura 4), contribuindo para estabelecer, elasticamente, tramas territoriais, no tempo e no espaço de cada projeto de pesquisa e cooperação.

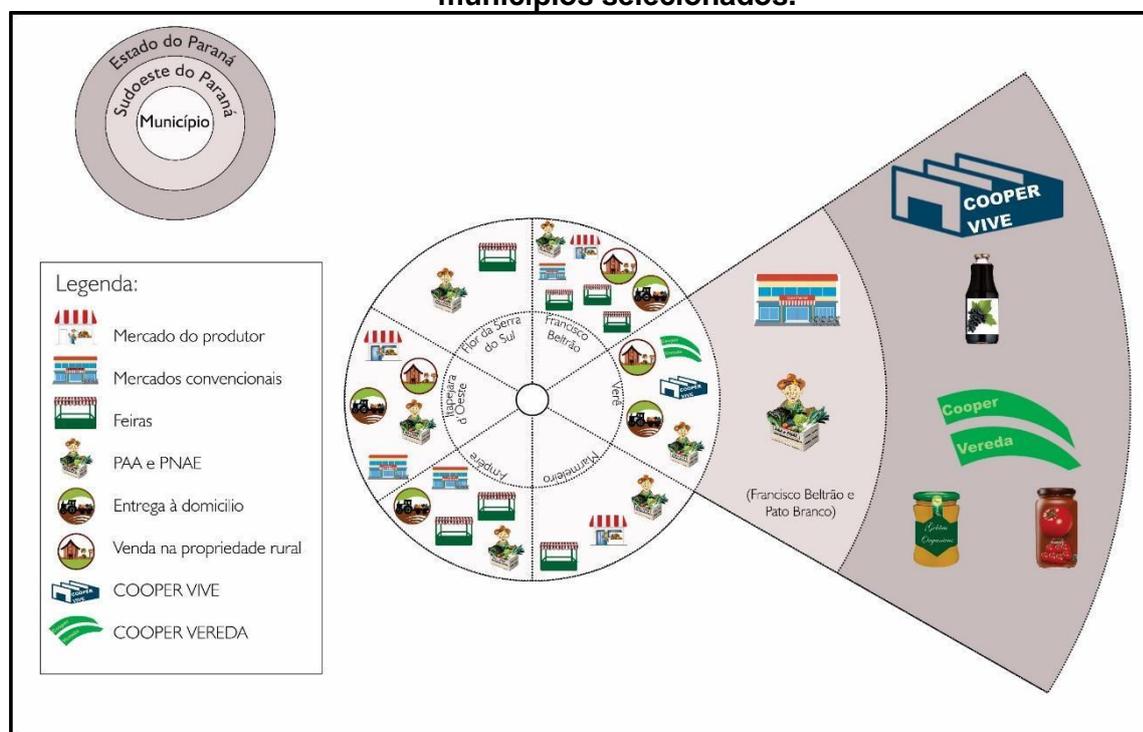
Figura 4: Uma ilustração das territorialidades e redes sobrepostas nos projetos realizados.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

As redes de comercialização de alimentos, sobretudo orgânicos, também fazem parte das práticas de resistência e configuram-se em múltiplas formas e em escalas curtas e longas (DANSERO e PUTILLI, 2014), envolvendo instituições locais, produtores e consumidores. As redes curtas que identificamos e evidenciamos (Figura 5) revelam uma estreita ligação entre comida e território, produtor e consumidor, certificador e produtor, técnico e vendedor, com a valorização dos produtos agroecológicos, artesanais e das relações pessoais. Algumas das redes são curtas e outras regionais, algumas duram mais tempo, outras menos, algumas são predominantemente econômicas e políticas, outras políticas e ambientais ou econômicas e culturais.

Figura 5: Representação das principais redes campo-cidade identificadas nos municípios selecionados.



Fonte: Elaboração: Marcos Saquet. Digitalização: Raquel Meira.

As redes curtas acontecem a partir das vendas direta e indireta. As diretas ocorrem individualmente (entrega a domicílio e venda no próprio estabelecimento rural, ambas *face-to-face*) e em grupos (feiras livres de Francisco Beltrão, Marmeleiro, Flor da Serra e Ampé, e na APAVE-Verê, todas também centradas nas relações *face-to-face*); as redes curtas indiretas ocorrem por meio dos supermercados de Itapejara, Verê, Flor da Serra, Ampé e Francisco Beltrão, dos Mercados do Produtor Rural de Francisco Beltrão e Itapejara, e da Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI). As redes um

pouco mais longas, regionais, também são indiretas, acontecem por meio das vendas em Pato Branco, Londrina e Curitiba (SAQUET, 2017, 2019d).

Em cada projeto de pesquisa e cooperação realizado, apesar dos limites e das dificuldades cotidianas, nós trabalhamos juntos, no campo e na cidade, bem como entre esses espaços, por meio das ações de cooperação e solidariedade, reorganizando feiras livres, ofertando cursos, realizando oficinas, organizando intercâmbios técnicos entre os agricultores, divulgando as produções agroecológicas e as comidas artesanais (geleias, salames, queijos, vinhos, conservas etc.), consumindo etc. Ações estiveram presentes no processo de pesquisa e nas reivindicações e realizações feitas com os sujeitos urbanos e/ou rurais de cada projeto, por meio de diferentes reuniões (dentro e fora da universidade); dos diagnósticos de cada território estudado; dos diálogos analíticos, de planejamento e decisórios; das oficinas (in)formativas; das assembleias deliberativas; da socialização das atividades de cada projeto nas rádios locais; da discussão e definição de outras parcerias, sempre que necessário, ajustando objetivos e metas, bem como, notoriamente, da realização das ações debatidas e planejadas no âmbito de cada um dos três projetos, avaliando-as semestral e/ou anualmente.

Esse movimento de idas e voltas, entre o campo e a cidade, de conversas, decisões, planejamentos e avaliações foi (re)definindo o conteúdo político de cada projeto (Quadro 3), sem negligenciar os princípios iniciais, da participação social e da autonomia decisória, da agroecologia e da interdisciplinaridade, da cooperação e da solidariedade, da interinstitucionalidade e das redes curtas de colaboração ancoradas territorial e culturalmente.

Quadro 3: Os principais conteúdos políticos dos projetos de pesquisa-cooperação.

PVR	Práticas agroecológicas como movimento camponês, auto-organizativo, político-ideológico, ambientalista, cultural e ancorado territorialmente: movimento, práticas, saberes e ciência.
PVB	Movimento auto-organizativo, político-ideológico, de autogestão e cooperação, confiança e solidariedade, (an)coragem e luta política e territorial.
AGROEC-USF	Movimento político-ideológico, ambientalista-agroecológico, de enraizamento, redes curtas e cooperação territorial.

Fonte: Elaboração própria, 2019-2020.

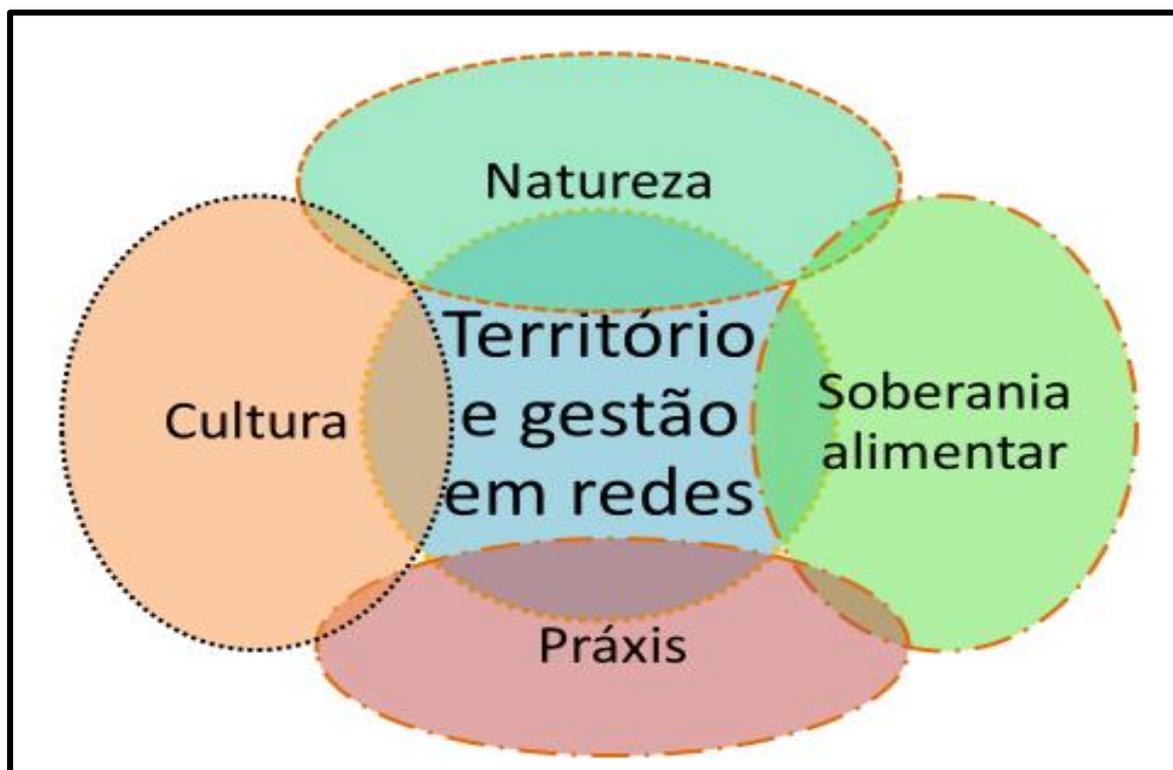
Como se pode facilmente notar, há centralidade, na nossa práxis territorial, à auto-organização popular, à (in)formação político-ideológica, à ancoragem e às redes curtas, à cooperação, à solidariedade e à participação social, num movimento de luta e enfrentamento com os agentes do capital e do Estado burguês. É um movimento feito no tempo e no espaço,

de teoria e prática, de conhecimentos populares (teóricos e atóricos) e acadêmicos (refletidos), de cunho popular e descolonial.

Na práxis, as práticas e aprendizagens foram (i)materializadas no âmbito de uma concepção de ciência territorial e popular que tem orientado nosso trabalho dentro e fora da universidade, a partir de uma **Geografia (i)material da práxis territorial popular e descolonial**. Nela se destacam aspectos e processos como os seguintes:

- i) O território significa sobretudo um espaço de organização política, mobilização, (in)formação, luta, resistência e atuação em projetos de cooperação e **desenvolvimento territorial popular**, ou seja, de práxis de transformação feita com os sujeitos “estudados”, considerando-se como fundamental as singularidades de cada relação espaço-tempo-território, naturais (solos, climas, coberturas vegetais, águas e demais animais) e sociais (econômicas, políticas, culturais e ambientais).
- ii) O território também significa um patrimônio da humanidade (MAGNAGHI, 2000, 2015; SAQUET, 2007, 2015 [2011]; BECATTINI e MAGNAGHI, 2015) e, por isso, precisa ser cuidado adequadamente, no presente e para o futuro, na sua pluridimensionalidade social-natural-espiritual.
- iii) A participação popular tem sido fundamental para valorizar os sujeitos e seus conhecimentos, ativar territorialidades, instigar compromissos e para integrar conhecimentos (a)teóricos, acadêmicos e populares, portanto, plurais, numa gestão territorial dialógica na direção da soberania alimentar e popular (Figura 6).
- iv) A identificação, compreensão, representação, explicação, valorização e potencialização da **auto-organização** também foi vital em cada projeto, reivindicando-se do Estado, de maneira mais específica, o que fora demandado por cada grupo e classe social, em cada projeto efetivado e, de forma mais geral, que cumpra suas atribuições constitucionais e sociais.
- v) O enraizamento cultural (nas relações de confiança, pertencimento e reconhecimento político-territorial) se revelou bastante adequado para ativar e/ou qualificar cooperações existentes nos vínculos locais e nas redes curtas de produção, certificação agroecológica e comercialização. Os vínculos foram e são melhor aproveitados, tentando-se ampliar a produção agroecológica, a certificação participativa e a comercialização de maneira sistemática, especialmente por meio das feiras livres realizadas semanalmente nos municípios onde estudamos, trabalhamos e, evidentemente, vivemos.

Figura 6: Ilustração da gestão territorial na nossa práxis de pesquisa e cooperação.



Fonte: Elaboração própria, 2019-2020.

E foi desse modo, sucintamente, que trabalhamos num movimento de luta e resistência *ao capitalismo eurocentrado e colonial* (QUIJANO, 2000), de forma autônoma, participativa, reflexiva e propositiva, a favor de uma práxis territorial popular e descolonial, a partir de uma geografia voltada para a cooperação e a solidariedade (SAQUET, 2015 [2011], 2014a, 2014b, 2017, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2019d). Então, as redes curtas (i)materializadas quase todos os dias das semanas são resultados das condições dos camponeses e cidadãos, bem como das singularidades das práticas familiares, associativas, sindicalizadas e cooperadas, efetivando-se como uma oportunidade eficaz na comercialização e geração de renda complementar para a família camponesa, bem como para o consumo de produtos sem insumos químicos por parte dos moradores das cidades.

Outrossim, a *consciência de lugar* – na nossa abordagem, obviamente, também é territorial - de cada equipe interdisciplinar e interinstitucional, bem como dos camponeses e demais cidadãos, tem sido fundamental para a identificação e participação social, para a reprodução do lugar como espaço de convivência com relações comunitárias, significando um antídoto contra a globalização econômica (BECATTINI e MAGNAGHI, 2015; SAQUET, 2017, 2019b; SAQUET e BOZZANO, 2020). Os habitantes precisam se sentir vivos, importantes, reconhecidos, valorizados, pertencentes ao lugar, à rua, ao condomínio, ao bairro, à comunidade rural, aos municípios, às redes curtas, à região hidrográfica, ao Estado, ao rio, enfim, ao território!

Tratando-se, fundamentalmente, de reconstruir consciência de lugar, coesão social e solidariedade entre os homens, desintegrados há décadas pelo mercado selvagem, nós vemos uma possível solução de retorno à responsabilidade dos habitantes dos lugares, fazendo prevalecer o princípio territorial sobre o funcional, por meio do retorno ao território (BECATTINI e MAGNAGHI, 2015, p. 221).

Então, por meio de todas as atividades realizadas com os camponeses, cidadãos e demais parceiros de cada projeto de pesquisa-cooperação, especialmente por meio das mobilizações, das reivindicações, das reuniões, das assembleias, dos cursos (in)formativos e das oficinas, acreditamos que conseguimos contribuir um pouco para ativar o sentido cotidiano das consciências de classe e de lugar, integrando conhecimentos e experiências e, principalmente, potencializando o trabalho solidário e cooperado, em cada tempo, espaço e território do nosso movimento transtemporal-transterritorial.

Trabalhar com o povo, ensinando e aprendendo **com** ele, corresponde a uma das maneiras que temos para contribuir com sua emancipação político-cultural, para melhorar suas condições de vida cotidiana, num “fio” de práxis vinculada ao *conhecimento emergente* ou *subversivo* (FALS BORDA, 1981). Conhecimento esse herdado culturalmente e repassado de geração em geração, contribuindo para a resolução dos problemas cotidianos, num movimento mais amplo que podemos denominar de *ciência popular* (FALS BORDA, 1981, 2006 [1980]; FALS BORDA e MORA-OSEJO, 2013; BONILLA, CASTILLO, FALS BORDA e LIBREROS, 1972; CICHOSKI e ALVES, 2019; SAQUET, 2019a, 2019b; SAQUET e BOZZANO, 2020), reunindo sabedoria e tradição, empiria e reflexão, ciência e política.

Necessitamos um pensamento que não esteja limitado à capacidade de processar informações e à utilização de técnicas [...]. Temos que [...] romper com o estereótipo do intelectual limitado ao manejo da acumulação universal de conhecimentos (ZEMELMAN, 2011 [2005], p. 278).

Dessa maneira, produz-se conhecimentos interdisciplinares, por dentro da Geografia e de outras ciências, centrados em realidades e *problemas próprios*, úteis para os *povos de base*, tentando contribuir para *libertá-los* da exploração, opressão e submissão a partir da *ciência social ativa* (FALS BORDA, 2013 [2007]). A *ciência popular* é uma praxis contra-hegemônica e vinculada aos distintos sujeitos de cada território e lugar, no tempo e no espaço.

Acreditamos, de maneira geral, que os processos “estudados” e cooperados ora sucintamente socializados revelam, além das aprendizagens que podem orientar outra forma de pensar e pesquisar, bem como de entender a ciência e os saberes populares, que outras práticas cotidianas são possíveis, fazendo parte de uma **Geografia (i)material da práxis territorial popular**, centrada em processos de desenvolvimento territorial numa perspectiva descolonial e contra-hegemônica, portanto, participativa, popular, dialógica, respeitosa e ecológica, de resistência, luta e enfrentamento com os agentes do capital e do Estado burguês. E é por meio dessa Geografia que trabalhamos, tentando integrar conhecimentos

acadêmicos e populares, teorizados e não-teorizados, racionais e os considerados irracionais, no âmbito de um programa de pesquisa e cooperação **dentro de uma ciência territorial e (a)efetivamente popular.**

Desse modo, acreditamos que está claro o que entendemos por **movimento transtemporal-transterritorial**: trata-se de um processo de luta e resistência popular, enfrentamento e descolonialidade; processo histórico, espacial, relacional-trans-multiescalar de articulação e sobreposição territorial, portanto, reticular e *pluridimensional* (social-natural), numa práxis (i)material, obviamente, popular, dialógica, participativa, descolonial e contra-hegemônica, feita com a nossa colaboração direta, trabalhando com a massa popular, rural e/ou urbana.

Consoante afirmara coerentemente Fernandes (2000, 2005), numa instigante leitura geográfica dos movimentos sociais – evidenciada anteriormente -, a construção do território tem, historicamente, direta vinculação com a produção social do espaço geográfico. Este último é apropriado socialmente e contém, portanto, conflitos, poderes, intencionalidades, solidariedades, intermitências, enfim, coexistências, como a dominação e a resistência. Assim, os movimentos sociais são processos geográficos dinamizados pelas ações políticas de enfrentamento contra-hegemônico. “O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência (FERNANDES, 2005, p. 30).

Trata-se de uma problemática (i)material, na qual há interações natureza-natureza e natureza-sociedade. Os territórios e territorialidades são múltiplos, sobrepostos e estão em unidade transtemporal. Há uma articulação temporal e territorial, ou seja, transtemporalidades, trans-multiescalaridades e transterritorialidades nas quais há simultaneidades, fases/períodos, ritmos, territorialidades, diferenças, desigualdades e identidades. Vivemos múltiplas temporalidades ao mesmo tempo, passadas, presentes e futuras, bem como múltiplas territorialidades, em cada lugar, em cada relação espaço-tempo-território (SAQUET, 2015 [2011]).

Num movimento como esse, o desenvolvimento territorial tem significados bem singulares, muito diferentes dos do crescimento econômico-territorial: é autocentrado e/ou heterocentrado com redes curtas de cooperação e solidariedade, construído pelas pessoas em seus territórios – muito bem ancorado -, considerando os ecossistemas, a participação popular, a justiça social, a recuperação e preservação ambiental, a valorização do saber-fazer popular, o pequeno negócio, enfim, a qualidade de vida das pessoas e do ambiente, no campo e na cidade.

Desse modo, como nossas experiências revelaram, há centralidade da auto-organização dos sujeitos interligados em diferentes níveis escalares, valorizando-se a gestão participativa, horizontal e sinérgica, reconhecendo-se e se fortalecendo as relações de confiança, a planificação democrática com autonomia decisória, os vínculos comunitários, as

tradições e inovações (quando necessárias, desejadas e coerentes com as condições de cada sujeitos, grupo ou classe social), a partilha, a produção e consumo de alimentos sem insumos químicos, a artesanidade, portanto, num movimento transtemporal e transterritorial contrário à reprodução ampliada do capital e à sua circulação acelerada, à degradação da natureza (orgânica e inorgânica), à concentração da terra, à corrupção etc.

A cooperação e a solidariedade, (i)materializadas como relações mútuas e recíprocas, são fundamentais. O desenvolvimento não é sinônimo de crescimento, e não corresponde a qualquer processo de apropriação e construção territorial: caracteriza-se muito diferentemente do que ocorre em grandes investimentos comerciais e/ou industriais e/ou financeiros, substantivamente contrário aos conglomerados econômicos, ao Estado burguês e à degradação ambiental (SAQUET, 2015 [2011], 2014a, 2014b, 2017, 2018a, 2018b, 2019a, 2019d).

Algumas palavras finais

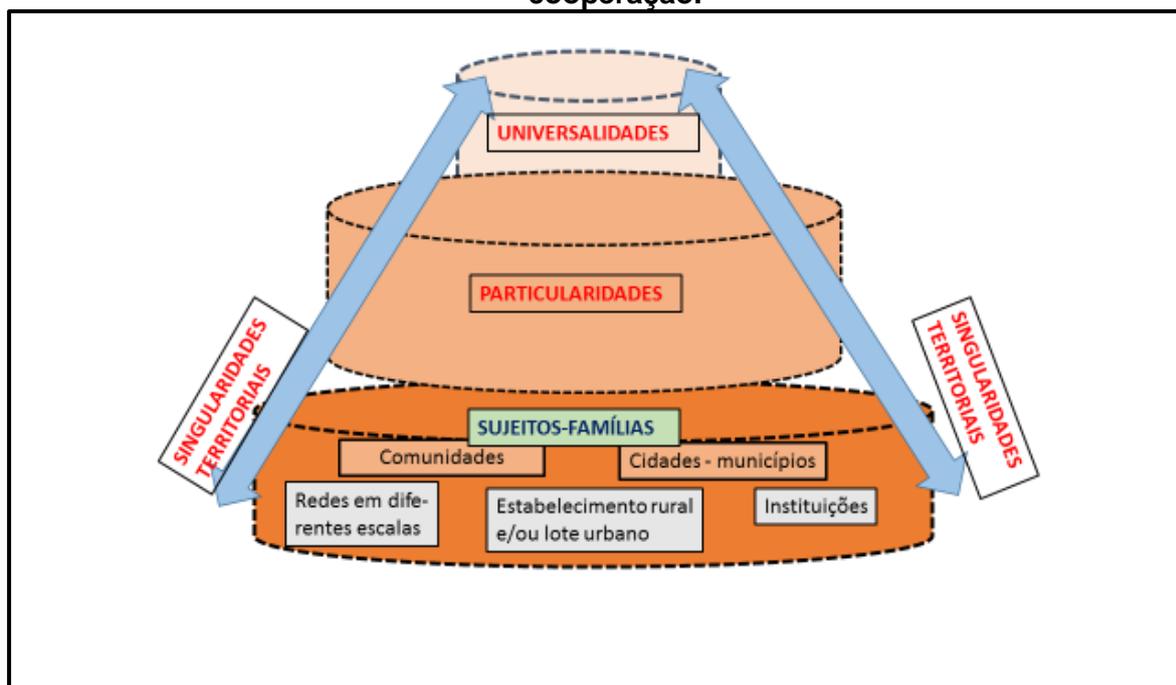
Parece-nos bastante coerente “concluir” este texto ratificando uma das importantes afirmações de Quijano (1981), quando se refere à interação entre ciência e conhecimento popular para estudar, conhecer, interpretar e transformar a realidade *de dentro dela mesma*, movimento no qual se influenciam consciência e práxis. Evidentemente, como tentarmos problematizar e argumentar neste texto, essa perspectiva é extremamente oposta à concepção predominante do intelectual burguês, que atua acadêmica e cientificamente no nível da contemplação dos processos “estudados”, refletindo, notoriamente, sobre o objeto de estudos de cada projeto de pesquisa. Trata-se de um intelectual especializado e racional, reflexivo e formador, no entanto, sem uma sistemática e política inserção social como se dá na nossa práxis de pesquisa e cooperação, resumidamente socializada nesta oportunidade.

Assim, é importante evidenciar que há cientistas que, além de organizarem seus *cercadinhos* acadêmicos, querem *universalizar* suas regras, como verdades absolutas, pressionando, vigiando, punindo, desconsiderando outras *tradições* ou formas de compreender e explicar a realidade, produzindo teorias com generalizações falsas, incoerentes com a realidade da vida cotidiana (FEYERABEND, 2011 [1975]).

Nós estamos noutro extremo, ou seja, optamos por trabalhar dentro e fora da universidade, especialmente com pessoas simples e humildes, do campo e da cidade. “Estudamos” elas e aprendemos com elas, convivendo, reunindo, dialogando, experimentando, reivindicando, enfim, lutando e colaborando na pesquisa participante e na ação participativa, no âmbito do que denominamos de **Geografia (i)material, como uma ciência territorial e popular**, na qual se integram conhecimentos acadêmicos e populares, teorizados/refletidos ou não, numa perspectiva metodológica transversal (Figura 7).

Então, o conceito de práxis e sua prática (i)material são fundamentais, numa relação de unidade entre teoria e prática, pois estas não estão separadas no mundo da vida, na universidade e nos movimentos transtemporais e transterritoriais como o agroecológico aqui evidenciado. Ciência e conhecimento popular estão juntos, influenciando-se, na pesquisa e na ação que realizamos nos três projetos que servem de base para esta socialização: PVR, PVR e AGROEC-USF.

Figura 7: A transversalidade territorial da nossa metodologia de pesquisa e cooperação.



Fonte: Elaboração de Marcos Saquet, quarentena (junho) de 2020.

E foi justamente experimentando o diálogo e a participação, os conhecimentos e técnicas, as teorias e práticas, que muito aprendemos sobre a vitalidade da práxis popular e territorial, sobre o que temos para aprender com o povo e para ensiná-lo. Acreditamos que não há e não houve contemplação, academicismo, intelectualismo, sectarismo etc. Há e houve encontro, aprendizagem mútua, auto-organização, um movimento político de luta e enfrentamento, de (in)formação e mobilização popular, descolonial e contra-hegemônico: processo de produção e comercialização de comida agroecológica e artesanal, bem como de conquistas infraestruturais, formativas, políticas e culturais, no campo e na cidade, processo realizado com base nas relações de cooperação e solidariedade ancoradas cultural e territorialmente.

E essa ancoragem sempre esteve balizada no tempo e no espaço dos sujeitos de cada um dos três projetos realizados, nas suas necessidades mais urgentes, nos seus conhecimentos e nas suas formas de organização, mobilização e luta política, traduzindo-se

em redes curtas de reciprocidade, de sinergia complementar entre o campo e a cidade. E esse é o conteúdo destacado do desenvolvimento territorial raiz, de base local, cultural e ecológica, bem como popular e participativa: nessa práxis, cada **território** de vida cotidiana é **patrimônio da humanidade** e a territorialidade significa uma mediação fundamental na transformação do território, na tentativa de conseguir autonomia decisória, justiça social, repartição da riqueza, conservação ambiental, preservação cultural etc., adaptando-se as técnicas e tecnologias às singularidades sociais e naturais de cada território, às suas características ambientais, econômicas, políticas e culturais, valorizando e protegendo as identidades culturais, a natureza e as famílias urbanas e/ou rurais (SAQUET, 2015 [2011], 2017, 2018b).

O **lugar**, como já é bem conhecido, também permanece importante como experiência territorial, onde as *mentes se despertam* ligadas ao mundo, como espaço fundamental para repensar a política, o conhecimento, a identidade e o desenvolvimento: o *conhecimento local* assume centralidade, como prática histórica, *modo de consciência-baseada-no-lugar* e enraizamento cultural (ESCOBAR, 2011). Nossa experiência cotidiana tem revelado, juntamente com observações mais gerais de Escobar (2003), que a construção de *práticas baseadas-no-lugar* e, no território, caracterizam identidades outras, iniciativas de auto-organização e confiança, sinergia e mobilização política, ancoragem e reciprocidade, luta e enfrentamento descolonial e contra-hegemônico.

Por isso esperamos que essas experiências possam instigar debates e mesmo embates teórico-metodológicos e políticos, dentre e fora da universidade, pois ainda temos muito a fazer com a nossa gente, com suas técnicas e seus conhecimentos, suas necessidades e seus desejos, normalmente negligenciados e soterrados, “simplesmente” desconsiderados por meio de um academicismo produtivista e burguês, fragmentado e fragmentador, (pre)dominante, que precisa ser enfrentado com (an)coragem transtemporal e transterritorial, com muito trabalho que, no nosso entendimento, tem uma base muito coerente nessa Geografia (i)material da práxis popular e descolonial.

Referências

BECATTINI, Giacomo. *Ritorno al territorio*. Bologna: Il Mulino, 2009.

_____, Giacomo e MAGNAGHI, Alberto. *Coscienza di classe e coscienza di luogo*. In: BECATTINI, G. (Org.). *La coscienza dei luoghi*. Roma: Donzelli, 2015. p. 115-222.

BONILLA, Victor; CASTILLO, Gonzalo; FALS BORDA, Orlando; LIBREROS, Augusto. *Causa popular, ciencia popular*. Bogotá: Publicaciones de La Rosca, 1972.

CICHOSKI, Pâmela e ALVES, Adilson. A pesquisa-ação na obra de Orlando Fals Borda: contribuições para repensar o desenvolvimento rural, *Revista Campo-Território*, vol. 14, n. 34, 2019, p. 61-85.

DANSERO, Egidio e PUTTILLI, Matteo. Multiple territorialities of alternative food networks: six cases from Piedmont, Italy, *Local Environment: the International Journal of Justice and Sustainability*, Londres, vol. 19, n. 6, 2014, p. 626-643.

DUSSEL, Enrique. *Para una ética de la liberación latinoamericana* – Tomo 1. México, DF: Siglo XXI Ed., 2017 [1973].

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo – el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano, *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 1, 2003, p. 51-86.

_____, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o posdesarrollo? In: ELÍAS, C.; CAMPILLO, R.; ROHÁN, D. (Org.). *Lecturas de metodología de las ciencias sociales*. Chiapas: Sec. Educación del Estado de Chiapas y UNAM, 2011. p. 148-180.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação social. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1980]. p. 42-62.

_____, Orlando. La ciencia y el pueblo: In: GROSSI, F.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. (Org.). *Investigación participativa y praxis rural*. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.

_____, Orlando. Hacia el socialismo raizal y otros escritos. In: *Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2007]. p. 35-136.

_____, Orlando e MORA-OSEJO, Luis Eduardo. La superación del eurocentrismo – manifiesto por la ciencia. In: *Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013. p. 219-230.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005 [1961].

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica, *Terra Livre*, n. 15, 2000, p. 59-85.

_____, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais, *Revista NERA*, ano 8, n. 6, 2005, p. 24-34.

FEYERABEND, Paul. *Adeus à razão*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010 [1987].

_____, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011 [1975].

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1974].

_____, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1996].

_____, Paulo. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016 [1992].

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*, vol. III (1932-1935). Turim: Einaudi, 1975.

HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana, *Journal of Latin American Geography*, vol. 19, n. 1, 2019, p. 141-151.

KROPOTKIN, Piotr. Lo que la Geografía debe ser. In: MENDOZA, J.; JIMÉNEZ, J. e CANTERO, N. (Org.). *El pensamiento geográfico – estudio interpretativo y antología de textos*. Madri: Alianza Ed., 1982 [1885], p. 227-240.

_____, Piotr. *A conquista do pão*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1892].

MAGNAGHI, Alberto. La lunga marcia del ritorno al territorio. In: BECATTINI, G. (Org.). *La coscienza dei luoghi*. Roma: Donzelli, 2015. p. VII-XVI.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2018, p. 27-53.

NATES CRUZ, Beatriz; VELÁSQUEZ LÓPEZ, P. Andrea; GARCÍA ALONSO, María. *La territorialización de la memoria en escenarios de posconflicto - Caldas, 1990-2015*. Manizales: COLCIENCIAS, CNMH, Universidad de Caldas, RETEC, 2017.

QUIJANO, Aníbal. *Reencuentro y debate: una introducción a Mariátegui*. Lima: Mosca Azul, 1981.

_____, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina, *Rev. Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 6, n. 2, 2000, p. 73-90.

RECLUS, Élisée. *O homem e a terra*. São Paulo: Intermezzo, 2015 [1905].

SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____, Marcos. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, M. (Org.). *Estudos territoriais na ciência geográfica*. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 47-74.

_____, Marcos. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, Onildo; SANTOS, Edinusia; COELHO Neto, Agripino. (Org.). *Identidade, território e resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014a. p. 11-36.

_____, Marcos. Dinâmicas territoriais rurais e urbanas. In: CASTRO, C.; BERNAT, I.; SILVA, Q.; SODRÉ, R. (Org.). *Territórios, paisagens e suas dinâmicas*. São Luís: Editora UEMA, 2014b. p. 65-92.

_____, Marcos. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2ª. Edição; Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015 [2011].

_____, Marcos. *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017.

SAQUET, Marcos. A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation, *Geographica Helvetica*, v. 73, p. 347 - 355, 2018a.

_____, Marcos. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 3, 2018b, p. 479 - 505.

_____, Marcos. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. In: CURY, M.; MAGNAMI, E e CARVALHO, R. (Org.). *Ambiente e território: abordagens e transformações sociais*. Londrina: Madreperóla, 2019a. p. 33-49.

_____, Marcos. *Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2019b.

_____, Marcos. O conhecimento popular na práxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas, *AGEI - Geotema*, Suplemento 2019c, p. 5-16.

_____, Marcos. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento, *Informe Gepec*, v. 23, 2019d, p. 25-39.

_____, Marcos. Praxis in territorial counter-hegemonic development: other paradigms of research and participatory action. In: GRIGNOLI, D. e BORTOLETTO, N. (Org.). *Dal locale al globale e ritorno: nuovi paradigmi e nuovi modelli di azione*. Milano: Franco Angeli, 2019d. p. 61-75.

_____, Marcos e BOZZANO, Horacio. Territory conceptions and practices in Latin America: contributions to the debate (I), *Revista Continentes*, ano 9, n. 16, 2020, p. 257-281.

_____, Marcos e DUARTE, Valdir. *Projeto Vida na Roça: da concepção ao plano de ação agropecuário*. Francisco Beltrão: FACIBEL/ASSESOAR, 1996.

_____, Marcos e FLÁVIO, Luiz. Contribuições para o planejamento e a gestão urbana: a experiência do Projeto Vida no Bairro – Francisco Beltrão, PR, *GUAJU*, Matinhos, PR, v. 1, n. 1, 2015, p. 123-141.

_____, Marcos; GAIOVICZ, Elaine; MEIRA, Suzana e SOUZA, Poliane. Agricultura familiar agroecológica como alternativa de inclusão social e desenvolvimento territorial em Itapejara d'Oeste, Salto do Lontra e Verê – Sudoeste do Paraná. In: SAQUET, M; DANSERO, E. e CANDIOTTO, L. (Org.). *Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas*. SP: Outras Expressões, 2012. p. 35-62.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. In: MIGNOLO, W. (Org.). *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo, 2014 [2008]. p. 17-51.

ZEMELMAN, Hugo. La premisa de la conciencia histórica. In: ZEMELMAN, H. *Configuraciones críticas. Pensar epistémico sobre la realidad*. México, DF: Siglo XXI/CCREAAMC, 2011 [2005], p. 273-290.

Sobre o autor

Marcos Aureli Saquet – Graduação em Geografia pela UNIJUÍ (1990), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Professor Associado C da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão.
Orcid – <https://orcid.org/0000-0002-3435-8428>

Como citar este artigo

SAQUET, Marcos. Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 54-78, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Recebido para publicação em 27 de fevereiro de 2020.
 Devolvido para a revisão em 18 de novembro de 2020.
 Aceito para a publicação em 04 de dezembro de 2020.
